

PALESTRA DA PROVEDORIA DE JUSTIÇA

Instrumentos Regionais de Promoção e Protecção dos Direitos, Liberdades e Garantias dos Cidadãos

Discurso do Representante Residente do PNUD em Angola, Henrik Fredborg Larsen

Data: 11 de Setembro de 2019

Local: Universidade Oscar Ribas

Excelências,

Dra. Florbela Rocha Araújo, Provedora de Justiça-Adjunta;

Dra. Maria Teresa Manuela, Procuradora Geral-Adjunta e Comissária da Comissão Africana para os Direitos Humanos;

Dr. Eurico Wonga Gungula, Reitor da Universidade Óscar Ribas;

Ilustres Palestrantes, Representantes das Agências da ONU;

Caros participantes,

Muito boa tarde e obrigado pela oportunidade de partilhar palavras de encerramento neste importante certame.

Reitero os meus agradecimentos à Provedoria de Justiça pela forte parceria com o PNUD.

Congratulo o Provedor de Justiça por continuar a disponibilizar esta plataforma interactiva com os cidadãos desde 2018, em parceria com as universidades. Esta plataforma tem permitido os cidadãos exprimirem preocupações e sugestões sobre os desafios sociais e de ordem administrativa que eles enfrentam. Ela evidencia o papel essencial do Provedor de Justiça como defensor dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, e como através de meios informais o Provedor pode assegurar a justiça e a legalidade na administração pública. Esta plataforma tem criado oportunidade para diálogo directo entre os cidadãos e os governantes.

Não vou repetir o que foi anteriormente abordado com propriedade pelos prelectores a respeito dos Instrumentos Regionais de Promoção e Protecção dos Direitos, Liberdades e Garantias dos Cidadãos. Penso que é um privilégio ter aqui a Comissária Dra. Maria Teresa Manuela, uma voz com autoridade nesta matéria. E penso ser um facto importante de realçar que ela é uma das 6 representantes femininas dentre os 11 membros da Comissão, o que demonstra um equilíbrio de género de 60 a 40 por centos.

Mas gostaria de reiterar e parabenizar Angola pelo seu desempenho no que toca a ratificação de 5 dos 7 instrumentos regionais dos direitos humanos, e o cumprimento com as obrigações de reportar. Angola está entre os países que têm eficazmente apresentado os seus relatórios à Comissão. Angola tem também um número significativo de organizações da sociedade civil com estatuto de observador que contribuem para o trabalho da Comissão.

Entretanto, todos sabemos que para todos países, o maior desafio é ainda a implementação dos compromissos e recomendações.

Em parceria com o Escritório do Alto Comissariado dos Direitos Humanos das Nações Unidas, o PNUD está a apoiar o Ministério da Justiça e Direitos Humanos com a adopção e funcionamento de uma plataforma digital que visa contribuir para uma maior participação, eficiência e coordenação interinstitucional na planificação, implementação, monitoria e reporte sobre os compromissos e recomendações internacionais e regionais.

Mas para fortalecer ainda mais o trabalho da Comissão Africana dos Direitos Humanos ao nível nacional, o papel da instituição nacional de direitos humanos é importante, juntamente com o papel das organizações da sociedade civil, sobretudo na monitoria dos objectivos do desenvolvimento sustentável, com foco nas populações vulneráveis, jovens e mulheres.

Por isso, Angola precisa tomar uma decisão definitiva sobre o papel do Provedor como instituição nacional de direitos humanos, ou se deve haver outra instituição com esse mandato nos termos dos Princípios de Paris.

Em conclusão, gostaria de reiterar o apoio do PNUD à Provedoria de Justiça nestas consultas públicas que visam promulgar o papel do Provedor e os serviços que a instituição presta aos cidadãos.

Aos participantes e os cidadãos em geral, é importante que continuem a familiarizar-se e a usar os serviços que o Provedor de Justiça tem a oferecer na defesa e garantia dos direitos fundamentais.

Muito obrigado e declaro a palestra encerrada!